

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS GRAJAÚ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

FRANCISCO BENTO ALVARENGA GUAJAJARA

**Á' HAHYKATU: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO POVO GUAJAJARA DA
TERRA INDÍGENA MORRO BRANCO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA
DA COVID-19 NOS ANOS DE 2020 a 2021**

GRAJAÚ/MA

2024

FRANCISCO BENTO ALVARENGA GUAJAJARA

**Á' HAHYKATU: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO POVO GUAJAJARA DA
TERRA INDÍGENA MORRO BRANCO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA
DA COVID-19 NOS ANOS DE 2020 a 2021**

Trabalho de Conclusão do Curso, como requisito obrigatório para a obtenção do título de licenciada Ciências Humanas/Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Grajaú.

Orientador(a): Dra. Monica Ribeiro Moraes de Almeida

GRAJAÚ

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bento Alvarenga Guajajara, Francisco.

Á Hahykatu: Desafios e estratégias do povo Guajajara da Terra Indígena Morro Branco no enfrentamento da pandemia da covid-19 nos anos de 2020 a 2021 / Francisco Bento Alvarenga Guajajara.

- 2024.

45 p.

Orientador(a): Mônica Ribeiro Moraes de Almeida.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú|ma, 2024.

* T.I Morro Branco. 2. Tenetehar. 3. Covid-19. 4. Desafios. 5. Estratégias.

. I. Ribeiro Moraes de Almeida, Mônica. II. Título.

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

FRANCISCO BENTO ALVARENGA GUAJAJARA

**Á' HAHYKATU: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO POVO GUAJAJARA DA
TERRA INDÍGENA MORRO BRANCO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA
DA COVID-19 NOS ANOS DE 2020 a 2021**

Trabalho de Conclusão do Curso, como requisito obrigatório para a obtenção do título de licenciada Ciências Humanas/Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Grajaú.

Orientador(a): Dra Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

Aprovada em: 29/08/2023

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Monica Ribeiro Moraes de Almeida (UFMA)
Orientadora

Profª. Dra. Rosimary Gomes Rocha
UFMA

Profª. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
UFMA

RESUMO

O período de 2019 foi marcado no mundo todo pela chegada do vírus covid-19, onde se viveu com grandes incertezas e medo constante pela chegada do novo vírus, tendo refletido diretamente no modo de vida da humanidade. Não muito diferente disso, as comunidades indígenas do território brasileiro viveram por profundas transformações de seu povo no enfrentamento e nas consequências causadas pelo vírus. O presente texto tem por objetivo analisar a situação do povo indígena Tenetehar do Território Indígena Morro Branco no contexto da pandemia da covid-19, voltando o olhar para estratégias empreendidas por esse povo e dos desafios enfrentados, considerando sua vulnerabilidade e risco de contágio comunitário. A T.I Morro Branco é uma terra que fica localizada literalmente dentro da cidade de Grajaú, considerando esse fato, leva-nos a pensar de como os indígenas lidam com o risco da chegada do novo vírus. As medidas de lockdown é um marco de uma das ações tomadas por lideranças da Terra Indígena Morro Branco. Ações como essa que serviram de referência a terras indígenas vizinhas no município de Grajaú/MA. Porém, as controvérsias também fizeram parte em consequência dessas e de várias medidas tomadas pelas lideranças e entidades representantes, o qual resultou em conflitos. Contudo, a chegada da vacina marca o “fim” de uma era assombrosa que ficou conhecida pelo povo indígena da Terra Indígena Morro Branco de Á' harykatú (uma era triste).

Palavras chave: T.I Morro Branco, Tenetehar, Covid-19, Desafios, estratégias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. TERRA INDÍGENA MORRO BRANCO	10
2. Á' A YKATÚ' YKWÈ (INÍCIO DA PANDEMIA).....	16
2. 1 NECROPOLITICA NA T.I MORRO BRANCO.....	18
3. ESTRATÉGIAS E DESAFIOS ENFRENTADAS PELOS INDÍGENAS	21
4. VACINA CONTRA O COVID-19	36
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem um papel importante de documentar a história da Terra Indígena Morro Branco na passagem de um período conturbado da humanidade. Período este que tem marcado profundamente a vida dos indígenas devido às negligências, a perda de vidas dos anciãos e problemas de saúde causado pelo vírus durante o período de pandemia da covid-19.

Dentre as reações causadas como o medo, as incertezas, as dificuldades em que tiveram que se adaptar ao “novo normal”, estes, iria ser um grande desafio na vida de cada um dos habitantes do território. Com isso, as lideranças indígenas e guardiões da T.I Morro Branco tiveram um papel primordial para a não proliferação do vírus nas comunidades (aldeias), implementando estratégias como o fechamento do acesso da via principal à terra indígena, a utilização de redes sociais, visitas comunitárias etc. As lideranças e guardiões contam ainda com as entidades representativas de saúde como forma de reforço nas estratégias de combate ao vírus. Assim, a chegada da vacina contra o vírus decreta o “fim” de um período assombroso que assolava o território indígena.

A T.I Morro Branco é uma das menores terras indígenas do Brasil, porém, uma das maiores situadas nos centros urbanos, ficando localizada no município de Grajaú, estado do Maranhão, em que contém atualmente uma população de aproximadamente 1165 habitantes. É uma terra cheia de tradições, onde ocorrem várias festas tradicionais do povo Guajajara, sendo: saída da menina-moça, festa dos rapazes, festa do moqueado dentre outras. Essa é uma terra indígena que é composta por várias aldeias, em um total aproximado de 26 aldeias, contando com um posto de saúde e duas escolas.

No portal de notícia Humanista (2021), mostra que desde os primeiros contatos, várias etnias indígenas foram dizimadas pelas doenças trazidas pelos Kariw (brancos). Há mais de 500 anos os Kariw (branco) invadiram as terras dos povos originários em que impulsionados pela expansão mercantil, trazendo consigo mal da colonização, as enfermidades sexualmente transmissíveis, doenças silenciosas, que ainda hoje estão presentes, fazendo várias vítimas. Outras formas de violência que se somam e ameaçam sistematicamente os povos indígenas de diversas regiões e que tiveram suas atividades intensificadas nos últimos dois anos;

como o garimpo ilegal, as queimadas, a grilagem, o desmatamento da Floresta Amazônica. Agora com o coronavírus, os povos indígenas se veem novamente confrontados pela ameaça de extinção.

Davi Kopenawa se encarregou de alertar a sociedade dos Kariw (brancos), para o futuro trágico que a espera, com a extinção da floresta. Segundo ele acontecerá com a morte do último Xamã, e terá como consequência – A Queda do Céu. Quando a Amazônia sucumbir à devastação desenfreada e o último xamã morrer, o céu cairá sobre todos e será o fim do mundo. (ALBERT, KOPENAWA, 2010, p. 489). Em outros termos:

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar de calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos *xapiri*, que descem da montanha para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os malefícios, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (ALBERT, KOPENAWA, 2015, p. 6).

Diante disso, comecei a pensar na situação dos Guajajara do T.I Morro Branco que fica situado a 500 metros da cidade Grajaú/MA, com 49 hectares de terra. O que fazer e como poderemos sobreviver quando o céu desabar sobre nós?

O fato da terra indígena ser situada em uma área urbana, leva-nos a pensar o que os indígenas têm feito para lidar com o vírus, pois se trata de uma terra na qual os moradores estão em constante contato com os não-indígena, que é diferente da perceptividade do qual se tem sobre as terras indígenas em geral, longe, distante das cidades e em áreas rurais.

A princípio, realizei esta pesquisa documental, a partir do levantamento de uma breve história do território indígena e do período de pandemia, de estudos já realizadas por entidades representativas ou não sobre os indígenas da T.I Morro Branco, coletados de modo independente e/ou cruzados e analisados a partir de fontes confiáveis e reconhecidas públicas ou não. O trabalho se debruça ainda das vivências dos Guajararas durante este período de pandemia, buscando responder

questionamentos de quais e como foram os desafios e estratégias que os indígenas enfrentaram durante a pandemia nos anos de 2020 a 2021.

O trabalho também é elaborado pela convivência de minha pessoa enquanto indígena e morador da T.I Morro Branco. Complemento a pesquisa com entrevistas realizadas com moradores, lideranças e guardiões indígenas do povo Guajajara no território indígena. Falante da língua Tenetehar, exponho relatos históricos sobre o território, das situações desafiadoras enfrentadas pelos indígenas contra a covid-19 e as estratégias empreendidas para combater o vírus.

Durante a pandemia, a recomendação da Organização Mundial de Saúde de manter o isolamento social para contenção do vírus, impossibilitou o deslocamento de estudiosos para realizar pesquisas em diversas partes do mundo, incluindo territórios indígena. O isolamento reforçou a busca por metodologias diversificadas na realização de pesquisas, com ênfase às competências digitais. Para tanto, sob isolamento em meu território, pude realizar esta pesquisa etnográfica de forma presencial e em tempo real, acompanhando o dia a dia dos habitantes e as redes digitais.

Após algumas considerações sobre a natureza dos dados que consegui coletar sobre a breve história da T.I Morro Branco (1), veremos como o território foi fundado e as narrativas contadas pelos moradores, (2) o início da pandemia no território indígena. (3) Veremos a situação necropolítica e o reflexo disso nas ações e narrativas de lideranças indígenas (4), estratégias e desafios enfrentados pelos indígenas para conter a proliferação do vírus. (5) A chegada da vacina contra o vírus e os primeiros indígenas vacinados. Em conclusão, considera-se que o Covid-19 é resultado da ambição humana pelo lucro e o reflexo direto na população dos territórios indígena.

1 TERRA INDÍGENA MORRO BRANCO

A Terra Indígena Morro Branco fica situada na divisa dos bairros da cidade de Grajaú, geograficamente dentro da cidade. De acordo com Gomes (2002), formou-se pela vinda de famílias indígenas de outras regiões, como os Gameleira, Coca-linho, Talhado, Bacurizinho, Aldeia da Pedra, que se alojaram nessa localidade em busca de trabalho e de uma escolaridade continuada na cidade de Grajaú. O que era um simples lugar, bem próximo a cidade, serviu como uma espécie de alojamento para as famílias indígenas que viam das regiões distantes e traziam seus filhos para dar continuidade aos estudos, pois as escolas indígenas tinham uma formação até o 5º ano do ensino fundamental e ficar nessa localidade ajudariam os filhos a ter uma escolaridade completa. Nesse contexto, tiveram também vendas de produtos artesanais trazidos pelos indígenas de suas terras originárias, o que ajudavam a se manter naquela localidade que logo viria a ser uma terra indígena homologada e demarcada.

Na década de 1980, a terra indígena continha uma população estimada em 140 habitantes (Gomes, 2002), ao passo que durante o longo período foi crescendo e atualmente conta com uma estimativa de quase 1165 mil indígenas residentes, segundo relatório de nível populacional publicado pelo Relatório Técnico de - Antônio Sales, funcionário do DSEI em 2022.

Em uma das minhas entrevistas realizadas na aldeia Jacaré, o morador de aproximadamente 70 anos de nome Francisco de Assis Alvarenga Costa, contou que a ocupação da T.I Morro Branco seguiu por duas linhas diferentes. Primeiro é pela necessidade de trabalho que a população indígena tinha e segunda é pela escolarização. De início, a população indígena que fazia trabalhos de canoagem pelo rio Grajaú, necessitavam de um lugar para se alojar e acabavam ficando no local com demais indígenas, onde logo, o local foi cedido para os indígenas para que facilitassem as suas idas e vindas até o local de trabalho na cidade. Os processos de trabalho feito pelos indígenas, não eram apenas de canoa, o qual faziam para buscar as mercadorias de comerciantes rio acima ou rio abaixo, mas também por cavalos pelas estradas as margens do rio Grajaú. Os produtos que muitas vezes chegavam em Grajaú eram impedidos de seguir viagem, pois o Rio Grajaú acima ou abaixo, havia trechos íngremes e necessitavam da ida de indígenas em canoas,

cavalos pelas estradas ou pelo rio para buscar e trazer as mercadorias que vinham das regiões de Balsas e *Manràzàn* (São Luís). O trabalho de canoagem não havia sempre disponibilidade de indígenas, pois os indígenas sofriam bastante com furos de galhos secos e com o uso de frenagem de canoa, uma espécie de madeira com ponta de ferro colocadas sobre o ombro, que servia para parar a canoa nos percursos do rio, acabavam perfurando o ombro de indígenas que trabalhavam em canoagem.

Historicamente, os indígenas da T.I Morro Branco, sempre tiveram um contato “harmônico” com os não indígena, justamente por esses trabalhos que faziam, o que foi motivo para que a terra fosse cedida para os indígenas. Nos anos de 1983 foi feita a demarcação da T.I (BENTO; MARIZÊ, 2023), em que através de diálogo com a prefeitura da cidade, não impôs dificuldades de direito de posse dos indígenas naquela terra, pois não havia alegação clara e legítima de direito de propriedade de outrem. (GOMES, 2002).

A negociação para a demarcação dessa área foi feita com a prefeitura da cidade, que não impôs dificuldades maiores para aceitar a argumentação de direito de posse sobre uma terra para a qual não havia nenhuma outra alegação clara e legítima de direito de propriedade. Ao contrário da cidade de Barra do Corda, em Grajaú o desprezo contra os Tenetehara não se dá tão à flor da pele, nem vem carregado do ódio rancoroso herdado da Rebelião do Alto Alegre. (GOMES, 2002, p.399)

Entretanto, como muitas terras indígena, essa é também marcada por conflitos entre não-indígena e indígena, onde indígenas tiveram suas vidas ceifadas por luta pelo território. Durante a minha visita na aldeia Jacaré do território indígena, Francisco de Assis Alvarenga Costa relata que a princípio, a ocupação dos indígenas gerou conflitos entre não-indígenas que viviam nas redondezas do território. Ameaças aos indígenas eram constantes para que deixassem aquela terra, pois a alegação é que a terra era dos não-indígena, mas como não havia uma alegação clara de outrem os indígenas podiam ter o legítimo direito de posse. Em 1984, a vida de indígenas, que ali residiam, seria marcada por perda de entes queridos, que numa emboscada por supostos não-indígenas nas matas próxima a aldeia Poço Velho da T.I, do que hoje é conhecido como Dois Braços ou *Warárih* pelos indígenas, uma indígena teria sido assassinato brutalmente durante uma

caçada, mostrando uma forma de indignação contra os indígenas que habitavam aquela terra. Dentre as discussões do direito de posse a terra, as ameaças de não-indígenas se estendiam simultaneamente, ameaças de vida e invasão ao território indígena. Como resultado disso, a T.I Morro Branco sofreu com uma evasão de indígenas por conta das ameaças que passaram a sofrer, levando alguns indígenas a permanecer no local e outros a deixarem suas moradias. Como se não bastasse as ameaças, em uma passeata promovida em um domingo, com o apoio da prefeitura, levou moradores da cidade a invadir e atear fogo nas casas de indígenas. A alegação seria de que “indígenas” teriam levado ao fim a vida de um jovem não indígena, o que resultou no desalojamento de mais de 100 indígenas.

Os índios guajajaras da aldeia de Morro Branco, na cidade de Grajaú, no Maranhão, tiveram, no domingo, as suas casas incendiadas por manifestantes que participavam de uma passeata contra os índios que vivem numa aldeia próxima à cidade. Cem índios ficaram desalojados e, ontem, as crianças índias não compareceram às aulas com medo de novas violências contra a comunidade. Os incidentes durante uma passeata promovida com o apoio do prefeito Mercial de Souza, do PDS, e do bispo local dom Tarcísio Sebastião Batista Lopes, ocorreram na parte da tarde. O clima entre os índios e a população local já não era bom, em consequência de problemas envolvendo disputas de terra e foi agravado com a morte do rapaz. (Acervo ISA, CEDI, SP, 1984).

Em uma das outras entrevistas minha, já na aldeia Zyapyh, dona Carmelita Guajajara, anciã e artesã da aldeia, ressalta que teve uma indígena que foi primordial durante esse período de conflitos entre não-indígena e indígenas. A senhora de nome Judith, além de ser indígena era filha de não-indígena também e os pais alegavam aos não-indígena que os ameaçavam, que não podia fazer nada contra os indígenas, pois a sua filha era indígena e vivia naquele território. Isso poderia gerar conflitos sem fim entre os indígenas e os próprios não-indígena de familiares da senhora Judith. Assim, os familiares de Judith entraram em diálogo com os não-indígena que ameaçavam os indígenas, dando um “fim” aos conflitos iminentes, onde os indígenas conseguiram ficar em posse definitiva do território.

Após o “fim” dos conflitos, os indígenas voltaram novamente ao território, vindo a receber muito mais indígenas de outras regiões, pois ali seria um ponto estratégico para levar seus filhos para estudar na cidade e de trabalho. Desta forma,

a T.I foi crescendo e se tornando um território de referência e apoio para estudantes e trabalhadores indígenas de regiões distantes.

A terra indígena recebeu o nome Morro Branco por estar em um morro, onde a areia desse morro é de cor branca. Na língua indígena tenetehar o nome da terra indígena é “*Ywyràty Ràtyng*”, onde “*ywyràty*” no português é ladeira, morro, montanha e “*Ràtyng*”, de cor branca. Assim, a terra indígena recebe o nome de Morro Branco em português. É povoado pela população que se autoidentifica por nome Tenetehar que erroneamente também é traduzido como “Ser humano verdadeiro ou gente verdadeira”, mas enquanto ao certo é “Ser verdadeiro”. “Teneter” ou “rameter” que significa “verdadeiro” em português e “har” de “ser” no sentido filosófico.

A população indígena do território a muito tempo sofre com preconceitos, que apesar de não ser muito presente como antigamente. No artigo intitulado “Vida de índio” de Nuno Ferreira (1999), mostra a dificuldade dos indígenas em lidar com o preconceito. Em relato, o morador Sebastião Bento diz:

Apesar de preservarem a língua indígena e os rituais como o “moqueado”, os caciques estão bem conscientes da perturbação que a civilização dos brancos provoca no seio das suas frágeis comunidades. “A gente é obrigada a receber essa cultura, a gente mesmo que não queira tem que se relacionar com a vida nacional, tem que ir à cidade, aprender a estudar, conviver com o branco sem perder nossas tradições. (BENTO, Sebastião Guajajara, 1999).

Esse trecho relata a vida da população do território que apesar do contato intenso com os não-indígena, do preconceito e da adoção da cultura do branco, a cultura tradicional sempre foi posto em primeiro plano. Esse fato é um retrato da atualidade que denota a resistência da cultura tradicional mesmo estando situados no centro urbano da cidade de Grajaú.

O fato da aldeia Morro Branco da T.I Morro Branco ser centralizado na Zona Urbana de Grajaú torna seus membros mais expostos a mudanças culturais, pelo contato constante com o não-índio e elementos culturais diferentes como Carnaval, Festas Juninas e outras festas não indígenas, mas “por incrível que pareça” a comunidade ainda conserva a cultura milenar como a língua nativa a do Tupi-Guarani, o hábito primitivo a de pescar, caçar e coletar frutas, a de realizar festa da menina moça ou moqueado e festa dos rapazes. Além disso, os Guajaras do Morro Branco ainda acreditam muito na medicina e religião tradicional, a cura através medicamentos naturais e

através dos pajés, a importância da cantoria, os resguardos dos pais após nascimento da criança e a representatividade da pintura dos Tenetehar (...). (BENTO, CAMPOS, 2023).

A população do território, atualmente praticam culturas tradicionais, como: Saída da menina moça, Festa do moqueado, Festa dos rapazes, Festa do Càwy etc.

A Festa do Moqueado é uma festa tradicional do povo Guajajara que a cada dois anos acontece em várias terras indígena do povo Guajajara. Essa festa reúne meninas que passaram pelo processo de passagem da menina moça, a tradicional “Saída da menina moça”, uma festa que se assemelha a festa de debutante, ela marca a passagem de maturidade da menina moça para a vida adulta.

Festa dos rapazes, festa tradicional do povo Guajajara é um processo de preparação e aprovação dos anciãos. Os jovens indígenas são preparados para atuar no lugar dos anciãos, no qual o jovem durante a preparação para a festa, é ensinado cantigas, rituais, fazeres e deveres. Após os ensinamentos, os jovens devem apresentar na festa para a comunidade os aprendizados obtidos durante o processo, assim serão avaliados pelos anciãos se estão aptos ou não para exercer o papel dos anciãos de preparar e participar de festas tradicionais, realizar e produzir cânticos etc.

A festa do Càwy é uma festa tradicional que é feita sob a preparação de um alimento à base de mandioca, no qual a preparação é feita exclusivamente pelas mulheres, onde os homens ficam responsáveis pela planta e colheita da mandioca. Muito antes da preparação do alimento a comunidade festeja com cantorias indígenas e rituais sagrados, uma forma de abençoar o alimento que será produzido e servido aos anciãos e as comunidades. A mandioca é descascada, triturada e passada de uma forma específica pelas mulheres. Assim, quando pronto, é festejado pelos anciãos e pela comunidade, onde o seu uso é repleto de simbologias ritualísticas.

O território fica no alto da montanha de Grajaú, tem atualmente casas em alvenaria e casas de taipa, contém cerca de 49 hectares, homologado. REG CRI E SPU. por Decreto 88.610, em 11/08/1983.

Ainda conta com um posto de saúde, uma quadra poliesportiva e duas escolas indígenas de anos iniciais, a Pré-escola Indígena Cacique Virgulino Bento e Djalma Marizê Filho. Essas escolas receberam esses nomes por homenagem a lideranças indígenas. O Cacique Virgulino Bento foi um dos primeiros caciques

responsáveis pela luta da demarcação da Terra Indígena e por fundar a primeira aldeia, a aldeia Morro Branco. Marido de Judith, empreendeu lutas junto com várias outras lideranças indígenas para permanecer na terra e sempre se dispôs ao diálogo com representantes políticos, desde o nível municipal e federal. Participou de várias outras demarcações de terras indígenas no estado do Maranhão. Djalma Marizê Filho foi um dos primeiros professores indígenas responsável pela educação de crianças e adolescente da T.I, filho de Djalma Marizê, também um dos primeiros caciques e liderança indígena do território. O território recebe ainda, a atenção importante da prefeitura de Grajaú, na qual conta com uma Secretária de Assuntos Indígenas que trata das questões indígenas no município, além de várias ações práticas promovidas pelas secretarias da educação, saúde e de outros.

2 Á' YKATÚ' YKWÈ (INÍCIO DA PANDEMIA)

No estado de Maranhão, no dia 28 de fevereiro de 2020 são notificados os primeiros casos de suspeita do novo coronavírus. Em 17 de março de 2020 os suspeitos de casos começam a se multiplicar. De 25 casos suspeitos, passam para 72 os casos e no dia 19 de março passam de 205. O primeiro registro de contaminação pela Covid-19 no estado aconteceu no dia 20 de março de 2020. (OLIVEIRA; ARAÚJO; CORRÊA; FOLHES, 2021). Isso mostra o quanto o vírus proliferou rapidamente pelo estado, chegando a atingir povos indígenas de várias regiões.

O primeiro boletim do dia 31 de maio de 2020 levantado pela Ana Caroline Amorim Oliveira, Daisy Damasceno Araújo, Katia Núbia Ferreira Corrêa e Rodrigo Theophilo Folhes no artigo intitulado: Estratégias de visibilidade em contexto pandêmico: o mapeamento da pandemia da COVID-19 entre povos indígenas no Maranhão (2020).. Mostra que o município de Grajaú, Montes Altos e Sítio Novo foram registrados os casos confirmados na: Aldeia Aramy (01), município de Grajaú, Aldeia São José (01) e Aldeia Campo Alegre (04), município de Montes Altos, totalizando cinco (05) casos, e Aldeia Nova Jerusalém (27), município de Sítio Novo, sendo um total de (89) casos entre indígenas em seis (06) municípios.

No início da pandemia, a população indígena do território ficou apreensiva, preocupados com a situação na qual a cidade de Grajaú se apresentava. Os noticiários locais faziam relatos constantemente dos números de contaminados e obtidos causados pela covid-19. Devido o território ser pequeno e próximo à cidade, muitos indígenas, historicamente optaram em trabalhar dentro da cidade para conseguir renda e alimentos para suprir a necessidade dos familiares e pelo consumo próprio. A procura de caça e a agricultura de subsistência é quase inexistente nos dias atuais, pois o nível populacional tem aumentado bastante e as terras férteis têm sido ocupadas, além de tratar-se de um T.I em uma área montanhosa o que dificulta o plantio. O único local que os indígenas poderiam em ir suprir suas necessidades seria dentro da cidade de Grajaú.

As intensas contaminações foram notificadas e a prefeitura da cidade decretou medidas para tomada de quarentena para controlar a proliferação do vírus. A necessidade de ir à cidade durante a quarentena foi controlada, devido ao medo e

a preocupação de ser contaminado pelo vírus. Muitos indígenas do território buscaram refúgio em outras terras indígenas distantes e muitos tiveram que ficar pelos familiares que não tinham para onde ir.

Em uma entrevista ao portal de notícias Xinhua Portuguesa, o cacique da aldeia Morro Branco, Sebastião Bento Guajajara, afirmou que:

Houve muito pânico em nossa comunidade quando tivemos conhecimento da chegada do vírus no Brasil e sua rápida expansão. Por causa disso, pela primeira vez, criamos barreiras sanitárias para prevenir, com a iniciativa dos outros caciques e do pessoal da saúde. Até agora, tivemos apenas dois casos em nossa comunidade, e podemos dizer que a barreira sanitária teve um efeito positivo contra a COVID-19. (BENTO, Sebastião, 2020.)

Ainda a portal de notícias Xinhua Portuguesa, Ytahy Guajajara, uma das mulheres da aldeia Morro Branco, ressalta:

(...) é um cenário muito triste o que vivemos atualmente e, por isso, todos os indígenas agradecemos muito por essas operações de ajuda. Necessitamos da sensibilidade de todos, de mais atenção para com a saúde indígena, de um combate específico. O único que temos até agora são ações de prevenção contra o vírus. É uma situação muito diferente de outras doenças que já chegaram aqui e que temos como tratar. Tudo é muito confuso para nós, não sabemos o que está acontecendo. Houve um impacto muito ruim na comunidade porque não sabemos como ajudar nossos parentes, quando se registrou o primeiro caso da COVID-19 em Grajaú, todos tivemos muito medo na aldeia e os caciques optaram então por instalar uma barreira sanitária para fazer uma seleção das pessoas que entravam ou saíam da aldeia. Isso ajudou muito, porque apesar de estarmos muito perto da cidade, a 500 metros, não tivemos tantos casos graves da COVID-19. (GUAJAJARA, Ytahy, 2020.)

De urgência, lideranças locais convocam uma reunião para discutir e tomar decisões para que o vírus não chegasse até a T.I Morro Branco. Pude presenciar que que lideranças das mais de 23 aldeias do território se fizeram presente na escola indígena Djalma Marizê Filho onde a reunião ocorria. A discussão principal posto pelas lideranças era que teria que ser fechado pelas vias e estradas de acesso à terra indígena. Assim foi decidido que o território iria ser fechado, o que foi chamado pelos indígenas de Iwi' Wàpyxymà' haw ou fechamento do território em português, como uma espécie de lockdown.

2.1 NECROPOLITICA NA T.I MORRO BRANCO

A forma como o governo brasileiro encarou a Covid-19 contribuiu para a disseminação do vírus. Os pronunciamentos desqualificaram orientações que defendem o isolamento social como a principal medida de prevenção. O presidente, em exercício no período pandêmico, construiu uma narrativa de que a doença é uma simples "gripezinha". Nesse sentido, podemos dizer que o Estado brasileiro deveria adotar de fato, em suas estruturas internas, o uso da força para uma política de segurança para as populações, com ênfase aos grupos minoritários. Ocorre que, discursos como estes, reforçam estereótipos, segregações, inimizades e extermínio de grupos minoritários. Diante dessa ideia, o filósofo Achille Mbembe (2018), cria o termo "necropolítica", um questionamento se o Estado possui ou não "licença pra matar" em prol de um discurso.

Nesse cenário, produziram-se regimes diferenciados e conflitantes, de condução de ações ao combate à pandemia. Em tempos de necropolítica, as populações minoritárias sentem muito mais efeitos da pandemia junto aos pandemônios no cenário de desigualdades e discriminações. Michaelis (2022, s.p.), pandemia é um termo médico que designa uma doença epidêmica de disseminação ampla, enquanto pandemônio é a reunião de pessoas para promover desordem.

Os ataques aos direitos dos povos indígenas, implementados pelo Executivo, são refletidos no Legislativo brasileiro. Medidas que tramitaram no Congresso Nacional, como: Projeto de Lei nº 191 (BRASIL, 2020b); Projeto de Lei nº 2633 (BRASIL, 2020c); Projeto de Lei nº 490 (BRASIL, 2007). Promove o desmantelamento de políticas públicas relevantes para os povos indígenas, alterando as normas já existentes que reconhecem os direitos aos povos indígenas.

Divulgado pelo site de notícias Conexão Planeta em 2021, especificamente a Fundação Nacional do Índio (Funai), atualmente, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, na gestão até dezembro de 2022 do órgão executor da política indigenista, foi questionada pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB) e pela Defensoria Pública da União (DPU), em Ação Civil Pública movida para pedir a saída de Marcelo Xavier da presidência da Funai. Que segundo APIB e a DPU: "a permanência de Marcelo Augusto Xavier da Silva na presidência da Funai, semeando a destruição das estruturas estatais de proteção dos direitos indígenas,

como se vê em diversos outros órgãos do atual governo, é a falência do Estado Democrático de Direito" (Trecho da Ação Civil Pública). Luiz Eloy Terena, coordenador jurídico da APIB em 2021, explica ainda: "Estamos levando ao conhecimento da Justiça Federal vários atos que o presidente da Funai, Marcelo Xavier, vem praticando nos últimos três anos, que vão desde o abandono da defesa dos povos indígenas, atuação contrária aos direitos dos povos indígenas, à perseguição aos povos e organizações indígenas. Com isso, fica muito claro que ele tem atuado ferindo os princípios constitucionais que orientam a administração pública federal e, portanto, pedimos, com base nesse fundamento, o seu afastamento".

Em reunião do ministerial no dia 22 de abril de 2020, o ex Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles usa a expressão "deixar a boiada passar", alusão a aprovação de um conjunto de expedientes infraconstitucionais de alteração de normas, reduzindo a proteção jurídica do meio ambiente, de terras e dos povos indígenas. Não bastasse o coronavírus atuar livremente nos territórios indígenas, mas há a garantia de retirada de direitos e de esfacelamento das políticas normativas de Estado em funcionamento, aproveitando a "distração midiática" a pandemia e fazendo a "boiada passar".

Não distante dessa realidade, a falta de políticas públicas no enfrentamento ao vírus era bastante presente, que reverberadas como denúncias em mensagens de textos, áudios e vídeos pelas lideranças do território. No dia 15 de junho de 2020, é divulgado no perfil do facebook Aldeia Morro Branco o depoimento do Cacique Sebastião Bento, que denuncia as negligência de ações governamentais no combate ao vírus.

O risco que nós corremos aqui é muito grande porque moramos bem próximos da cidade, são apenas 500 metros de Grajaú. Nosso trabalho continua na entrada da aldeia, orientando, passando informações que o Ministério da Saúde repassou para equipe da saúde, que acompanha a gente na barreira sanitária. Não estamos recebendo visitas nas aldeias, somente quem entra são indígenas que moram aqui. Não estamos tendo apoio por parte do Governo municipal, estadual e federal. Quem está mantendo essa barreira somos nós mesmos. (BENTO, Sebastião, 2022).

Na entrevista concedida ao portal de notícias Xinhua Portuguesa do dia 10 de junho de 2020, que publica uma matéria intitulada "Menor comunidade indígena do

Brasil usa barreiras sanitárias para se proteger da COVID-19”, relata a vivência dos Guajajaras do território durante a pandemia. Em um dos relatos, José Aldrinho Guajajara ainda ressalta a ausência de ações governamentais.

Somos a menor comunidade indígena do Brasil, mas a realidade que vivemos é a mesma do resto das aldeias, porque a vida do povo indígena é muito coletiva, compartilhamos muitas coisas juntos, vivemos juntos. Mesmo que fôssemos a maior terra indígena, os costumes seriam os mesmos da menor: ir ao rio tomar banho juntos, as reuniões de todos juntos... os indígenas sempre estamos juntos, o que torna impossível manter distanciamento, a falta de apoio dos governos no combate à COVID-19, seja no nível municipal, regional ou federal. A única coisa que chegou para nós foram cestas básicas, mas os kits que recebemos foram doações e não era algo que pudéssemos dizer que eram produtos essenciais, não era algo que nos protegia do vírus. (GUAJAJARA, J. Aldrinho, 2020).

Assim, as negligências no contexto de pandemia, o governo federal continuou pondo em marcha a política como "uma forma de guerra" (MBEMBE, 2018) contra os povos indígenas ou, nas palavras de Paloschi (2021), a "violência como prática de governo". Em resposta às essas omissões e negligências estatais no contexto de pandemia da covid-19, nós Guajajaras da T.I Morro Branco se organizamos para a defesa do direito de continuar existindo, desenvolvendo estratégias próprias e garantir a nossa autonomia e a segurança de vida.

3 ESTRATÉGIAS E DESAFIOS ENFRENTADAS PELOS INDÍGENAS

As estratégias são ações das quais os indígenas do Território Indígena Morro Branco tomaram para lidar contra a proliferação do vírus. São estratégias, como: monitoramentos de locais de acesso a T.I, fechamento de vias e estradas, articulações através de reuniões etc.

"De um modo geral, define-se estratégia como a forma de implementação de uma política. Ou seja, é o conjunto das ações realizadas com o intuito de se alcançar o objetivo proposto e, com isso, se produzir o efeito desejado sobre uma dada situação" (Teixeira; Silveira, 2026, p.87). Para Testa (1995, p. 15) "a estratégia não é uma maneira de alcançar a meta, mas uma maneira de se colocar em situação de se aproximar para alcançar a meta: ganhar espaço, ganhar tempo, estabelecer condições favoráveis ao nosso próprio desempenho [...]".

Nesta pesquisa nos referindo especificamente sobre as etno-estratégias, estratégias elaboradas pelos próprios indígenas diante da possibilidade da propagação do covid-19 entre os indígenas do T.I Morro Branco. "Assim, definimos como etno-estratégias as ações oriundas da organização interna dessas populações indígenas para reagir aos imperativos da pandemia do Coronavírus" (Andrade; Machado, 2020, p. 268).

A princípio, as nossas lideranças do território selecionaram jovens que trabalharam em conjunto com as lideranças, assim formaram um grupo de combate. O grupo formado por jovens homens e lideranças foi chamado de "Os guardiões", que foram responsáveis por lidar com as elaborações de estratégias e tomada de ações práticas. A primeira decisão foi para que houvesse um fechamento de vias e estradas que davam o acesso a T.I, a partir de monitoramentos que eram realizados em forma de visitas locais às aldeias que tinham pontos estratégicos.

Foram escolhidos das mais de 26 aldeias, além da via principal que fica na aldeia Morro Branco, 3 aldeias que tinham vias e rodas com intenso fluxo de entrada e saída de pessoas. Ao escolher os locais, os jovens guardiões eram distribuídos para ficar responsáveis no fechamento das estradas das aldeias escolhidas, com barricadas e barreiras comunitárias.

A aldeia Morro Branco tem a via de entrada, acesso principal a T.I, ponto crucial para conter a entrada de pessoas desconhecidas e que é ligado ao ponto de

saída do território na aldeia Areinha. Era sistematizado as barreiras comunitárias na forma de barricadas, os guardiões pintados com ervas como o urucum, jenipapo, arcos, flechas e utilização de máscaras feitas por mulheres indígenas. Assim foram formadas 3 barreiras sanitárias, uma na aldeia Bela vista, aldeia Areinha e uma com tenda de lona na aldeia Morro Branco.



Fonte de imagem: Google Maps

A comunidade se mobilizou para manter as barreiras comunitárias e manter os indígenas em suas aldeias. A entrada pela via da aldeia Morro Branco foi usada corrente de aço colocada sobre troncos de madeira para impedir a entrada de pessoas e veículos. Veículos que tentavam entrar por ela eram impedidos de ultrapassar e tinham que dar a volta para não passar. Havia uma exceção para indígenas que moravam na T.I, além de também haver exceção para não-indígenas casado com uma indígena.



Fonte de imagem: Autoria própria

Fonte de imagem: Autoria própria

O fluxo de pessoas nessa via principal da T.I na aldeia Morro Branco eram constantes, os guardiões tinham que ficar lá dia e noite para que não entrassem pessoas desconhecidas. Os guardiões se revezavam em grupos diferentes a cada horário, uns ficavam pela manhã, tarde e outros a noite. Porém, com o tempo, o fluxo de pessoas foi diminuindo razoavelmente nessa via principal de entrada na aldeia Morro Branco.

No dia 27 de maio de 2020, em uma nova reunião de urgência juntamente com a equipe multidisciplinar de saúde indígena do T.I Morro Branco, convocam lideranças responsáveis pelo grupo dos guardiões. A discussão na reunião era sobre medidas de prevenção e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), onde foi distribuído para cada guardião, máscaras, álcool em gel e outros equipamentos que impedissem a disseminação do vírus.

Reunião com a Equipe Multidisciplinar da Saúde Indígena.



Fonte de imagem: Autoria própria

Os EPIs, como: Máscaras, álcool em gel, sabão de limpeza etc. Deveriam ser utilizados pelos guardiões, estes ficavam responsáveis, também, por entregar a cada pessoa que passasse na barreira.

Com o passar dos tempos, a equipe multidisciplinar de saúde indígena se junta com os guardiões fazendo parte da barreira comunitária, que acabou por fazer uma organização coletiva voluntária pela prevenção com a ajuda das lideranças das comunidades, mulheres, adultos e jovens. Nesse momento se faz a higienização de motos, carros, além de distribuir EPIs para pessoas que transitavam pela principal.

Inspeção e distribuição de álcool em gel na via da Aldeia Morro Branco com a de saúde indígena.



Fonte de imagem: Autoria própria

Na barreira comunitária da via principal da aldeia Morro Branco, cada pessoa que fosse entrar para a T.I por ali, passavam por uma espécie de inspeção na qual só podiam entrar de máscara e com as mãos limpas com álcool em gel.

O acesso por essa via principal na aldeia Morro Branco havia diminuído razoavelmente. O fluxo de pessoas desconhecidas já não era mais o mesmo, ficando somente indígenas e não indígenas casados com indígenas passando por ali e entrando na T.I seguindo todo o protocolo adotado pelos guardiões, ser morador, indígena, não-indígena casado com indígena, usar EPIs e álcool em gel.

A diminuição do fluxo nesse ponto não era por acaso, estradas de outras aldeias estavam sendo utilizadas por pessoas desconhecidas para entrar no território. Na aldeia Bela vista havia estradas que impossibilitavam a entrada de

veículos, porém, pessoas desconhecidas adentravam a T.I pelas estradas a pé. Ao monitorar esse fluxo por visitas feitas ao local, os guardiões passaram a fechar aquelas estradas com madeiras, galhos, troncos, pedras, fazendo literalmente uma barreira e impedindo pessoas desconhecidas de seguir rotas para a T.I. A aldeia Poço Velho também tinha estradas que davam acesso à T.I e os guardiões fecharam do mesmo modo. Na aldeia Areinha que tem acesso da via principal, porém de saída, acabava sendo uma via de entrada de pessoas desconhecidas. O fluxo de pessoas havia aumentado bastante na via por aquele local, o que era uma via para saída, passava a se tornar uma via para a entrada na T.I. A visita de guardiões ao local os fez ver que era necessário uma intervenção urgente, pois além do fluxo de pessoas que já estavam muito mais intenso do que na entrada pela aldeia Morro Branco, pessoas e veículos de desconhecidos acabam adentrando o T.I.



Como ilustra a imagem acima, o ponto de entrada pela via principal, ilustrado em cor amarelo, para a T.I é da aldeia Morro Branco 1, até a aldeia Areinha 3, ponto de saída. Assim, o ponto que era de saída na aldeia Areinha, acabava por ser um ponto de entrada.

Os guardiões fizeram o fechamento desta via de saída, onde colocaram troncos, madeiras, galhos e pedras nas estradas, impedindo a entrada de veículos e pessoas. Porém, havia um problema que era a resistência de alguns moradores indígenas que ali viviam. À noite os troncos de madeira eram retirados por alguns moradores, possibilitando a entrada de pessoas desconhecidas, sem que pudessem

seguir a regra de que não podiam entrar sem seguir os protocolos de prevenção adotado pelos guardiões. Isso fez com que os guardiões tomassem uma atitude ousada para impedir a entrada de veículos e pessoas. Além de ficarem por ali por um tempo indeterminado, orientando e impedindo a entrada de pessoas desconhecidas, uma retroescavadeira foi chamado pelos guardiões para que fizesse um buraco provisória no meio da estrada, pois na ausência do guardiões o fluxo de pessoas tomavam de conta novamente, pessoas e veículos adentravam no T.I, o que não mais era possível, sendo a via principal para a entrada e agora de saída pela aldeia Morro Branco. Nesse local era onde aconteciam as distribuições de EPIs para as pessoas das comunidades que passavam por ali não deixassem de seguir os protocolos de prevenção dos guardiões.

A distribuição dos jovens guardiões era feita nas entradas principais das outras aldeias ao redor, como era o caso da aldeia Poço Velho e aldeia Cumaru. Mas, ao longo do período, poucos guardiões ficavam nessas entradas dessas aldeias e poucos ficavam na via principal de entrada na aldeia Morro Branco, mas somente pela manhã e a tarde, pois o fluxo estava menor em relação ao começo da pandemia nesses horários em específico.



Como mostra a imagem acima retiradas de uma das câmeras de segurança da aldeia Morro Branco. Ao fundo se vê apenas um guardião e menos fluxo de veículos e pessoas. Mas, ao chegar o horário da noite, os guardiões e lideranças passavam a se reunir na tenda da via de entrada na aldeia Morro Branco. A noite o fluxo de pessoas desconhecidas aumentava de forma repentina, era uma precisão

ter um número maior de reforço dos guardiões, pois às vezes o clima ficava tenso com as pessoas desconhecidas que insistiam em querer entrar no território.

As lideranças indígenas denunciam a falta de apoio das organizações competentes e vinham às mídias digitais fazer apelo para que fosse tomadas ações por parte das organizações e do poder público para conter a entrada de pessoas desconhecidas, além do apelo pelo reforço com as EPIs e suprimentos para conter o vírus.

Além de denúncias de omissões e negligências, muitas mensagens de texto, áudio e vídeos em redes sociais foram transmitidas na língua Tenetehar para orientar a comunidade no combate à pandemia, era uma forma fundamental para conter a proliferação do vírus. Apesar do contato constante com os não-indígena, a língua portuguesa sempre foi posto em segundo plano, e a língua materna tenetehar como primeiro plano é ainda a mais principalmente fonte de comunicação o que facilitou para levar a orientação para todas as aldeias do território.

No dia 27 de maio de 2020, em um vídeo postado no instagram do perfil T.I Morro Branco, onde lideranças e guardiões são entrevistados, são proferidas falas de encorajamento no combate, a permanência em suas casas, de conscientização sobre a prevenção e atualizar a situação atual para os parentes. Uma das lideranças fala na língua materna tenetehar exatamente sobre as medidas de prevenção e conscientiza que seus parentes indígenas devem seguir, além de reforçar a permanência nas aldeias.



Fonte de imagem: instagram: t.i morro branco.

Cacique Marciliano Clemente:

“Akuez’ wà o brincar Yko’ wà, o máhy puruka’ kwaw í’í wà, Reh’ uzapó Re’ parte. Uzapò Zéem purupé’ wà non, Reh’ continuar pútah a’é luta. Muitos vidas, muitos kwaharé serão salvos. Tíko ayxe lutar todo mundo Wànu’ pé.

Muito pensam que estamos aqui por brincadeira, pensam que essa doença não mata, mas nós estamos aqui fazendo a nosso parte e vamos continuar essa luta. Muitas vidas, muitas crianças serão salvos. Estamos aqui lutando por todo mudando. (CLEMENTE, Marciliano, 2020).

Cacique Sebastião Bento:

“ Aé máhyr mupytá’ haw ayxe, Nanikwaw pàrà’ mantáin’ haw wáh aéxe, Katu’ Haw pytah Pah’ wanupé. Azemehe’ zó mahyh uxè’ wa zanere’ pynapè”

Esse combate que estamos fazendo não é para que nós parentes entremos em conflitos. O que queremos é o bem de todo mundo, para que essa doença não entre no nosso território.” (BENTO, Sebastião, 2020).

Marília Bento, liderança indígena:

Estamos aqui nessa luta, sem apoio, sem ajuda e queremos continuar com esse bloqueio, não só contra o vírus, pois o nosso território é dentro da cidade. Pedimos ajuda para que possamos dar continuidade (...).” BENTO, Marília, 2020).

Noeme de Sousa Guajajara, agente de saúde indígena.

“Ihe ayxé, apoiar kwaharé’ uzapó’ haw. Aé urú katu’ wà. Reh apoia wànum. Aé mahyr tykwaw’ kwaw, heta’ kwaw ypuhàn’ non.”

Estou aqui apoiando o que os nossos jovens estão fazendo. Isso que eles traz o que é bom para nós. Eu os apoio, pois não conhecemos ainda essa doença e não temos ainda um medicamento contra essa doença (...). (GUAJAJARA, Noeme, 2020).

Cada membro da comunidade indígena Morro Branco traz seus relatos da situação vivida, denúncias, incentivo, prevenções etc. Apesar do esforço insistente para conter o vírus, os relatos denotam uma situação de desconforto vivido pelos indígenas, pois ao mesmo tempo em que travam uma luta contra o vírus, também são forçados a lidar com problemas, como: a falta de apoio de alguns moradores, discordâncias internas, a principalmente a tentativa insistente da entrada de pessoas desconhecidas.

No dia 12 de junho de 2020, Cacique Sebastião Bento, mesmo diante do desconforto, reforça a fala sobre a importância da barreira sanitária na entrevista divulgado no perfil da rede social instagram tel.guajajara, diz:

Estamos com essa barreira sanitária para prevenir vidas contra essa doença COVID-19. Esse trabalho já faz 1 mês, desde 2 dias estamos aqui, nessa barreira fazendo a prevenção contra COVID-19 e orientando os parentes contra essa doença, incentivando eles a usar máscaras, usar álcool em gel. Assim, a gente tá fazendo a nossa parte para que a gente não venha perder vidas, principalmente os idosos, nossos anciões. É para isso que estamos fazendo esse trabalho, para prevenir contra essa doença, principal objetivo. Prevenir, orientar os nossos parentes contra essa doença invisível. Esse trabalho nosso, a gente vai continuar fazendo esse trabalho até essa doença desaparecer. (BENTO, Sebastião, 2020)

Contudo, vídeos como esse divulgados em mídias digitais, acabaram surtindo um efeito positivo para o combater o vírus e pela segurança de vida dos guardiões no T.I. No dia 19 de junho de 2020, Eusébio, servidor da FUNAI, fez uma visita para a comunidade para falar sobre a prevenção e do reforço da FUNAI com a entrega de cestas básicas e produtos de limpeza.

Reunião de lideranças e guardiões com o servidor da FUNAI



Fonte de imagem: Autoria própria

No dia 07 de julho de 2020, lideranças e guardiões recebem a Sônia Guajajara, atual ministra das povos indígenas. A sua vinda para a aldeia foi de suma importância, pois com ela e em conjunto com a organização COAPIMA, veio a ajuda com a entrega de EPIs, produtos de prevenção e materiais de segurança.



Fonte de imagem: Autoria própria

Essa ajuda fez com que guardiões e lideranças tivessem mais segurança, tanto para a não contaminação com o vírus e para com segurança de vida, pois os guardiões acabavam sofrendo muito por ameaças de morte por pessoas desconhecidas que queriam adentrar na T.I.

Na reunião com Sônia Guajajara, lideranças discutiram a importância de se ter equipamentos de segurança, produtos e materiais de prevenção contra o vírus e a proteção de vida contra pessoas desconhecidas.



Fonte imagem: Autoria própria

Fonte de imagem: Autoria própria

Nas imagens acima, do dia 14 de julho de 2020, mostra a instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos. Foram instaladas cerca de quatro câmeras na aldeia Morro Branco, além de rádios de comunicação que ficavam sob o comando dos guardiões. Em um dos relatos levantados por mim, a mulher guardiã fala:

“ Á’ meher Kariw úzu’ Akuez aixé í’ íh purupé’ wà, “Eu vou voltar aqui e matar vocês (...). Reh kítché’ hawpé, a’é hetá akuez púraí, zané rúnuí aixé. Tí’ pitahaw aixé, nan tí’ tírikuaw aixé’ wí, até wànàher tíko’ pá.” (GUAJAJARA, Marília Bento, 2020).

Naqueles dias os brancos chegavam aqui e falavam para nós, “ Eu vou voltar aqui e matar vocês (...). A gente ficava com medo, mas a gente tem filhos, avós aqui. Aqui a gente vai ficar, a gente não sai daqui, pois estamos aqui por eles. (GUAJAJARA, Marília Bento, 2020).

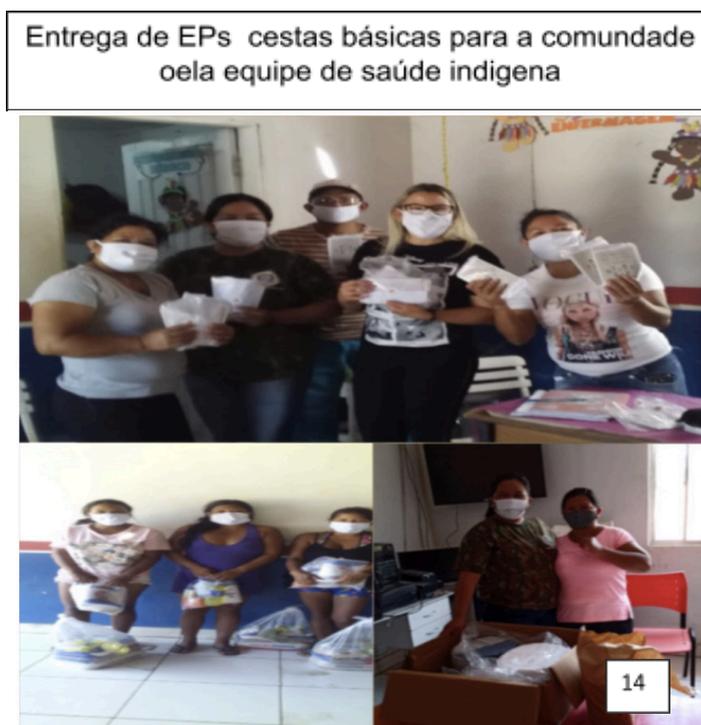
As ameaças se tornaram algo comum para os guardiões que ficavam em guarda na entrada, apesar de ser algo que colocasse medo, parecia que havia algo que mais dava medo do qualquer coisa, que era o vírus. Com isso, não importava as custas para a proteção de seus parentes que estavam dentro da terra indígena. As ameaças não passavam de algo qualquer comparado ao medo maior que o vírus dava para eles.



Fonte de imagem: Autoria própria

Nas imagens acima mostra um exato momento em que é feito um registro de duas motocicletas e três pessoas sendo paradas na via de entrada na aldeia Morro Branco durante a noite. Os guardiões relatam ter sofrido ameaças nessa ocasião pelos mesmos. Um que teria insinuado ter uma arma de fogo na cintura. A ajuda concedida por Sônia Guajajara por meio da COAPIMA foi primordial nesses momentos. Câmeras de segurança lhes davam um certo “conforto”, além de rádios de comunicação poderem ser usados para caso houvesse uma necessidade de chamar apoio.

No dia 07 julho de 2020, não muito diferente dos apoios com matérias de segurança e monitoramento. Os apoios concedidos com a entrega de EPIs e cestas básicas para a comunidade também foram fatores primordiais na prevenção contra o vírus.



Fonte de imagem: Autoria própria

Acima, mostra imagens de distribuição de máscaras e cestas básicas para comunidade feitas através da ajuda da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena e lideranças indígenas.

Ainda, no dia 13 de outubro de 2020 o Ministério da Saúde e da Defesa realiza ações na T.I, aldeia Camaru, no combate contra o vírus. Ações essas que foram exibidas pela rede de televisão RecordTv.

Reportagem da rede televisão Record



Fonte de imagem: Rede de Tv Record

Na reportagem é divulgado ainda o número de contaminados pelo vírus no Maranhão. Cerca de 1521 contaminados e 26 mortes, sendo uma das vítimas o pai da indígena Ytahy Guajajara, ancião e liderança indígena importante na luta pelos direitos indígenas no município de Grajaú, João Casimiro Guajajara ou Madrugado como era conhecido. Na entrevista feita pela rede, Ytahy Guajajara, relata sobre as inseguranças vivadas pelo pai durante o período pandêmico. Que diz:

Ele não se sentiu segura de falar para a gente que ele tava com o covid, por que ele tinha medo de ser internado no hospital”.(GUAJAJARA, Ytahy, 2020).

João Cassimiro Guajajara, vítima da covid -19



Fonte de imagem: Acervo pessoal

João Cassimiro Guajajara, era liderança indígena e vivia no T.I Morro Branco, foi pioneiro na luta pelos direitos indígenas no estado, trabalhou 38 anos na Funai,

como monitor bilíngue e chefe de posto indígena. Suas principais conquistas, destacam-se as demarcações e ampliação das TIs Bacurizinho e Morro Branco. Trabalhou na Frente de Proteção Etnoambiental Awa-Guaja da Funai. Em nota de pesar, a Funai destaca:

A Fundação Nacional do Índio (Funai) vem público comunicar, com imenso pesar, falecimento do cacique João Cassimiro da Silva, liderança do estado do Maranhão, que completaria 71 anos nesta quarta-feira (29). Mais conhecido como João Madrugada Guajajara, o líder da Terra Indígena (TI) Bacurizinho, na Região do Bananal (MA), foi um dos pioneiros na luta pelos direitos indígena no estado, tendo dedicado 38 anos a serviço da Funai, onde trabalhou como monitor bilíngue e chefe de posto indígena. Entre suas principais conquistas, destacam-se as demarcações e ampliação das TIs Bacurizinho e Morro Branco, além da mediação e articulação envolvendo empreendimentos que causaram impactos às comunidades indígenas da região de Santa Inês. O cacique trabalhou ainda na Frente de Proteção Etnoambiental Awa-Guaja da Funai e foi responsável por pacificar diversos conflitos entre indígenas e não indígenas na cidade de Grajaú. Com seu histórico de luta, o cacique deixa um legado de trabalho e dedicação em defesa dos povos originários. (FUNAI, 2020).

Ainda na reportagem realizada pela rede de televisão Record, o Cacique Sebastião Bento fala sobre a importância da barreira comunitária que foram feitas nas aldeias do território e diz:

As crianças e os idosos que são vulneráveis a isso com tempo também entenderam que isso era para o bem de todos". (BENTO, Sebastião, 2020).

Sônia Maria Guajajara muito emocionado concede a entrevista para a rede de televisão, falando sobre a importância da utilização de plantas medicinais, o qual teria usado para escapar do vírus e das consequências. Diz ela:

Os remédios caseiros do mato, as cascas de plantas que eu sabia que estavam servindo para mim". (GUAJAJARA, Sônia M. 2020).

Os relatos denotam uma incerteza, medo, insegurança e a tristeza do período vivido. Até a chegada da vacina na cidade, que iria mudar a vida do povo Guajajara no território, acendendo um pouco mais de esperança.

5 VACINA CONTRA O COVID-19

No dia 17 janeiro de 2021 marca a chegada da primeira dose da vacina contra o vírus no Brasil. Noticiários informam em portais de jornais de internet e televisão a toda a nação brasileira, aprovação e o uso emergencial feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a aplicação da primeira dose. A enfermeira do Hospital Emílio Ribas, em São Paulo, Mônica Calazans são os primeiros profissionais de saúde do Brasil a tomarem a vacina. Sendo uma delas também a Vanusa Kaimbé, primeira indígena a ser vacinada no Brasil.

Primeira indígena vacinado contra covid-19 no Brasil



Fonte de imagem: brasildefato.com

No Maranhão, o início da vacinação começa no dia 18 de janeiro de 2021. Os primeiros vacinados foram cinco pessoas, Conceição de Maria Pedroso e Silva de Azevedo, a enfermeira Sônia Maria Carvalho de Matos, o fisioterapeuta Henrique Lott Carvalho Novaes Sobrinho e a primeira indígena a tomar a vacina no Maranhão da Terra Indígena Arariboia Fabiana Guajajara.

Primeiros vacinados contra covid-19 no Maranhão



Fonte de imagem: saude.ma.gov.br

No dia 20 de janeiro de 2021, chega em Grajaú/MA a primeira remessa da vacina. Sendo os primeiros a tomarem a vacina, a indígena Noeme de Sousa Guajajara (Técnica em enfermagem), Maria Ednalva Chaves (Enfermeira), Gelsione Monteiro (Fiscal de vigilância sanitária).

Primeira indígena vacinado contra covid-19 no município de Grajaú/MA



Fonte de imagem: Prefeitura de Grajaú

No T.I Morro Branco, no dia 23 de janeiro de 2021, chegaram as primeiras doses da vacina. Cacique Sebastião Bento e a liderança indígena Marília Bento Guajajara foram os primeiros a tomar a vacina, sendo os incentivadores para que a comunidade indígena também pudessem tomar, pois até então a comunidade tinha um certo temor e medo da vacina, por conta de falsas informações que chegavam contra a vacina através de redes de mensagem. Porém, isso não impediu que profissionais da saúde indígena do T.I pudessem fazer um número excessivo de vacinações, realizando com êxito a prevenção contra o vírus covid19.

Primeiros vacinados contra covid-19 no T.I Morro Branco



Fonte de imagem: Autoria própria



Fonte de imagem: Autoria própria

Nas imagens a seguir mostra um momento na aldeia Jacaré em esteve juntamente com a equipe de saúde, em que estiveram realizando vacinações e distribuição de EPIs, pude levantar relatos deste momento. Momento este, que já não era mais com a forte iminência do desespero, do medo, do pavor, mas controlado, com a esperança de que a vacina já seria uma eficácia contra o vírus.



Fonte de imagem: Autoria própria

Francisco de Assis Alvarenga Costa da comunidade indígena aldeia Jacaré, diz durante uma das minhas entrevistas que:

É um momento histórico que retrato tudo o que território, as comunidades, as populações vivenciaram durante todo o período de pandemia. Onde dificilmente se via famílias, amigos, entes queridos reunidos e agora estamos aqui de novo. Em pensar que a gente tá vivo ainda.(ASSIS, Francisco, 2021).

A chegada da vacina é um marco nas vidas das populações deste território, pois apesar de todos os desafios, sentir que a vacina havia despertado a esperança que ainda se tinham para uma vida um pouco melhor.

CONCLUSÃO

A história do Território Indígena Morro Branco, desde a sua fundação, mostra que a tempos os indígenas tiveram que estar adotando estratégias de sobrevivência contra inimigos visíveis e invisíveis em que as vezes essas estratégias não foram de enfrentamento direto, mas fugindo, articulando e muitas vezes “aceitando”.

O fato de ser indígena e morador da T.I Morro Branco me ajudou a documentar passagens históricas e atuais do território que servirá para análise e pesquisa de estudiosos, em que se debruça das vivências dos Guajajaras desde a fundação do território até o período de pandemia da covid-19. Apesar do isolamento social para contenção do vírus, pude realizar a pesquisa etnográfica de forma presencial e em tempo real em meu território, acompanhando o dia a dia dos habitantes e as redes digitais.

De acordo com os relatos e os estudos de Gomes (2002), podemos analisar que o Território Indígena Morro Branco se formou pela vinda de famílias indígenas de várias regiões, em que se alojaram naquela localidade em busca de trabalho e de uma escolaridade continuada na cidade de Grajaú. Mas difere grandemente dos relatos contados pelo morador da aldeia Jacaré, Francisco de Assis Alvarenga Costa que reforça a tese que a ocupação maior da T.I Morro Branco seguiu por essas duas linhas diferentes, uma pelo trabalho e outra pela escolarização. Mas que, segundo o morador, já haviam residentes indígenas naquele local e muitos indígenas vinham de outras regiões para fazer trabalhos de canoagem pelo rio Grajaú e que acabavam se alojando ali naquele local com outros indígenas. Local esse, que logo foi cedido para os indígenas, facilitando a suas idas e vindas até o local de trabalho na cidade. O trabalho consistia em buscar mercadorias rio abaixo e rio acima em canoas e realizadas muitas vezes também através de cavalos e bois pelas estradas nas margens do rio Grajaú. Esse é o fator histórico que mostra que o território que logo iria ser uma terra indígena demarcado, já havia indígenas, mas que a população cresceu devido a demanda por trabalho e escolarização.

A demarcação do território se dá por negociações entre indígenas e não-indígenas, marcada por conflitos que levou à evasão parcial de indígenas do local. Após o “fim” dos conflitos, os indígenas voltaram novamente ao território, vindo

a receber muito mais indígenas de outras regiões, pois ali seria um ponto estratégico de estudo e trabalho.

Como não bastasse as ameaças direta e o preconceito em tempos de fundação do território até a demarcação. O preconceito e a dificuldade de estar no espaço dos kariw (brancos), ainda é bastante presente, que segundo Sebastião Bento: “(...) é obrigado a receber essa cultura, (...) sem perder as tradições.” (grifo meu). O que é fato na atualidade, pois apesar da dificuldade e o intenso contato com os karaiw (brancos), a resistência da cultura tradicional na terra indígena, que mesmo situado no centro urbano do município de Grajaú, ainda é bastante presente. A população do território atualmente mantém a cultura tradicional forte e são realizadas ainda: a Saída da menina moça, Festa do moqueado, Festa dos rapazes, Festa do Càwy etc. Fica no alto da montanha da cidade de Grajaú, tem casas em alvenaria e casas de taipa, contém cerca de 49 hectares, homologado. REG CRI E SPU. por Decreto 88.610, em 11/08/1983. Ainda conta com várias iniciativas de políticas públicas de educação, saúde, segurança etc. Recebe ainda a atenção importante da prefeitura de Grajaú, no qual conta com uma Secretária de Assuntos Indígenas que trata das questões indígenas no município.

Nos primeiros contatos, indígenas foram dizimadas pelas enfermidades trazidas pela colonização por várias doenças silenciosas se somam com a violência trazidos pela criminalidade de pessoas desconhecidas nos territórios, agora com o coronavírus, os povos indígenas se veem novamente confrontados. A passagem do período de pandemia da covid-19 da T.I Morro Branco, é reflexo dessa histórica ameaça de extinção aos povos originários, reforçadas devido às negligências de ações governamentais no combate ao vírus. Apesar disso, os Guajajara do Te.I Morro Branco, mesmo situado a 500 metros da cidade Grajaú/MA, com 49 hectares de terra, tiveram elaboraram estratégias e ações próprias para conter o contágio e lutar pelo direito de continuar existindo.

Desde os primeiros registros no estado de Maranhão, no dia 28 de fevereiro de 2020 e os primeiros casos do município de Grajaú, Montes Altos e Sítio Novo. A população indígena da T.I Morro Branco ficaram apreensivos, preocupados com a situação atual, pois desconheciam a nova doença, além de se tratar de um território indígena pequeno e próximo à cidade, onde muitos indígenas historicamente optaram por trabalhar e estudar na cidade. A procura de caça e a agricultura de

subsistência é quase inexistente, as terras férteis têm sido ocupadas e o território fica em uma área montanhosa. Isso levou muitos indígenas do território durante a pandemia buscar refúgio em outras terras indígenas distantes.

Em entrevista ao portal de notícias Xinhua Portuguesa, Cacique Sebastião e Ytahy Guajajara afirma a situação de pânico vivido pelos indígenas e a tomada importante de estratégias e ações para conter o vírus, pois, a forma como governo brasileiro encarou a Covid-19 contribuiu para a disseminação do vírus. A desqualificação do papel da ciência, a construção de uma narrativa de uma simples "gripezinha". Podemos dizer que o Estado brasileiro deveria adotar de fato, em suas estruturas internas, o uso da força para uma política de segurança. Dessa ideia, Mbembe cria o termo "necropolítica", um questionamento se o Estado possui ou não "licença pra matar" em prol de um discurso. Em tempos de necropolítica e pandemia, as populações minoritárias sofrem muito mais no cenário já de desigualdades e discriminações. Ainda, os ataques aos direitos dos povos indígenas, implementados pelo Executivo, são refletidos no Legislativo brasileiro e demandado respostas como a exemplo a Ação Civil Pública movida pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB) e pela Defensoria Pública da União (DPU), pedindo a saída de Marcelo Xavier da presidência da Funai.

Não distante dessa realidade, o T.I Morro Branco sofre ainda com a falta de políticas públicas no enfrentamento do vírus, denunciadas pelas lideranças indígenas que em resposta às essas omissões no nesse contexto de pandemia da covid-19, os Guajaras da T.I Morro Branco organizaram-se para a defesa do direito de continuarem existindo, desenvolvendo estratégias próprias e garantido a autonomia e a segurança de vida. São estratégias, como: monitoramentos de locais de acesso a T.I, fechamento de vias e estradas, articulações através de reuniões etc. Referimos especificamente sobre as etno-estratégias, estratégias elaboradas pelos próprios indígenas diante da possibilidade da propagação do covid-19 entre os indígenas da T.I Morro Branco.

A princípio, os habitantes da T.I Morro Branco selecionaram jovens que iram desempenhar papéis importantes em conjunto com as lideranças, chamados de "Os guardiões" que eram pintados com ervas como o urucum, jenipapo, utilizavam arcos e flechas, além de máscaras feitas pelas mulheres indígenas. O fechamento das vias e estradas foi feito através de monitoramentos por aldeias em pontos

estratégicos que tinham o fluxo intenso de entrada e saída de pessoas. Onde foi escolhido estradas e vias de 3 aldeias para serem montadas as barreiras comunitárias na forma de barricadas. Uma barreira na aldeia Bela vista, aldeia Areinha e uma com tenda de lona na aldeia Morro Branco. A entrada pela via da aldeia Morro Branco foi fechada pelos guardiões, onde foi usado corrente de aço colocada sobre troncos de madeira para impedir a entrada de pessoas e veículos, havendo exceção para indígenas e não indígenas casados com indígena. Os guardiões se revezavam em grupos diferentes a cada horário, uns ficavam pela manhã, outros à tarde e outros à noite. Com o tempo, o fluxo intenso de pessoas foi diminuindo na entrada da via principal.

Em uma nova reunião de urgência juntamente com a equipe multidisciplinar de saúde da T.I Morro Branco, convocam uma reunião com as lideranças responsáveis pelo grupo dos guardiões. A discussão na reunião era sobre medidas de prevenção e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), onde foi distribuído para cada guardião, máscaras, álcool em gel e outros equipamentos que impedissem a disseminação do vírus. Também entregues, com a ajuda da equipe de saúde, para as pessoas que passavam na barreira. Na entrada da via principal, as pessoas passavam por uma espécie de inspeção na qual só podiam entrar de máscara e com as mãos limpas com álcool em gel. O fluxo de pessoas desconhecidas já não era mais o mesmo, ficando somente indígenas e não indígenas casados com indígenas passando por ali e entrando para a T.I. Porém, outras estradas em outras aldeias estavam sendo utilizadas por pessoas desconhecidas para entrar na T.I. Na aldeia Areinha, por exemplo, a saída da via principal, acabava se tornando uma via de entrada para pessoas desconhecidas. Os guardiões fizeram o fechamento desta via de saída, colocando troncos nas estradas, buracos, impedindo a entrada de veículos e pessoas desconhecidas. Com poucos guardiões na entrada da via principal na aldeia Morro Branco pela manhã e à tarde, à noite todos os guardiões e lideranças passavam a se reunir, pois o fluxo de pessoas desconhecidas aumentava de forma repentina e o clima ficava tenso, era uma precisão ter um número maior de reforço dos guardiões.

As lideranças indígenas denunciam a falta de apoio das organizações competentes, algumas vinham as mídias digitais, através de mensagens de textos, vídeos, áudios para fazer um apelo para que fosse tomada uma ação por parte das

organizações e do poder público para conter a entrada de pessoas desconhecidas, além de também reivindicar o reforçar com as EPIs. Na maior parte, divulgadas na língua Tenetehar, em forma de orientações de combate à pandemia, de conscientização e a permanecerem em suas casas, nas aldeias. As diversas formas de denúncia e orientações, acabavam surtindo um efeito positivo para o combate do vírus e na segurança de vida dos guardiões. Assim, indígenas receberam a atenção importante do Servidor da FUNAI de Grajaú, Sônia Guajajara, atual Ministra das Povos Indígenas, COAPIMA e que em consequência veio a entrega de EPIs, produtos de prevenção e materiais de segurança. Foi feita ainda, a instalação de câmeras de seguranças em pontos estratégicos, além de rádios de comunicação que ficavam sob o comando dos guardiões. As ameaças se tornaram algo comum para os guardiões que ficavam em guarda na entrada, apesar de ser algo que colocasse medo, parecia que havia algo que mais dava medo do qualquer coisa, que era o vírus.

Pai da indígena Ytahy Guajajara, ancião e liderança indígena importante na luta pelos direitos indígenas no município de Grajaú, João Casimiro Guajajara ou João Madrugado, como era conhecido, foi um dos acometidos pelo vírus que veio a óbito. Mesmo diante da incerteza, do medo, da insegurança e da tristeza do período vivido, a chegada da vacina, iria acender um pouco mais de esperança na vida da população indígena do Território Indígena Morro Branco.

No dia 17 de janeiro de 2021, marca a chegada da primeira dose da vacina contra o vírus no Brasil. No Maranhão, o início da vacinação começa no dia 18 de janeiro de 2021. No dia 20 do 01 de 2021 e no T.I Morro Branco, no dia 23 do 01 de 2021. Onde tiveram lideranças sendo os primeiros vacinados no território, incentivando a comunidade indígena a tomar, pois havia um certo medo da vacina. Muito, por conta de falsas informações que chegavam contra a vacina em redes sociais. Porém, esse fato não impediu que os profissionais de saúde pudessem fazer as vacinações. Um dos momentos na aldeia Jacaré mostra a realização de vacinações e distribuição de EPIs pela equipe de saúde, o qual pude acompanhar e levantar relatos do momento atual que se vivia, não mais com a pandemia emergente, mas com a vacina já iniciada. A chegada da vacina é um marco nas vidas das populações indígena do T.I Morro Branco, pois apesar de todos os desafios, a vacina despertou a esperança de uma vida um pouco mais melhor, que

relatados nas palavras do morador Francisco de Assis Alvarenga Costa, da alegria de reunir com os familiares, longe do medo, da insegurança e do temor da morte.

A população do Território Indígena Morro Branco é a representação de muitos outros povos que tiveram que lidar com os mais diversos desafios durante o período de pandemia. Hoje, ainda vivenciamos o que os parentes e os tumúís (avós) viveram, uma tentativa de apagamento. O covid-19, é retrato da ambição humana pelo lucro, refletido diretamente nos territórios indígenas cuja áreas destruídas em massa com esse viés capitalista, fazendo indígenas reféns em seus territórios. T.I's estiveram em *Á' hahykatu* (Uma era triste), em uma crise social, econômica e política invocado pela pandemia, mas o que levando-nos a pensar sobre a vida, pois as diversas crises e catástrofes ambientais são fruto das ações humanas que causam impactos ao meio ambiente, gerindo o aquecimento global, mudanças na natureza e a perda de vegetação. Somos parte da mãe natureza e a nossa relação com ela deve ser repensada.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO/ NOTÍCIAS. **Incêndio as casa de índios**. Acervo ISA, CEDI, SP (1984).

BENTO, João. R; MARIZÊ, Helena. C. **Histórias da aldeia indígena morro branco no município de Grajaú/MA (De 1970 aos dias atuais)**. Revista Multidebates, v.7, n.2 Palmas-TO, de 2023. ISSN: 2594-4568.

FERREIRO, Nuno. **Vida de índio**. 4 de Outubro de 1999. Disponível: <https://www.publico.pt/1999/10/04/jornal/vida-de-indio-124570>

BRASIL. Fundação Nacional Dos Povos Indígenas (FUNAI): **Nota de Pesar**. 2020. Disponível: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2020/nota-de-pesar-cacique-joao-gu-ajajara>

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade** / Mércio Pereira Gomes. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

G1 NOTÍCIAS. **Baiana, 1ª mulher indígena vacinada contra Covid-19 no Brasil fala sobre respeito aos cientistas e imunização: 'É importante'**. Disponível: <https://g1.globo.com/google/amp/ba/bahia/noticia/2021/01/18/baiana-1a-mulher-indigena-vacinada-contr-covid-19-no-brasil-fala-sobre-respeito-aos-cientistas-e-imunizac-ao-e-importante.ghtml>

JORNALISTA E DIREITOS HUMANOS: Humanismo. **Genocídio indígena: entenda os riscos e preocupações que a população nativa do Brasil enfrenta**. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2021/09/24/genocidio-indigena-entenda-os-riscos-e-preocupacoes-que-a-populacao-nativa-do-brasil-enfrenta/>

KOPENAWA, Albert; BRUCE, Davi. **A Queda do Céu**. Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONDARDO, Marcos. **Povos indígenas e comunidades tradicionais em tempos de pandemia da COVID-19 no Brasil: estratégias de luta e r-existência**. Finisterra, CEG, LV(115), 2020, pp. 81 -88, issn: 0430-5027, doi: 10.18055/finis20364.

MACHADO, A. M. et al. (Org.). **Relatório Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado**. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2020 Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/xawara-rastros-da-%20covid-19-na-terra-indigena-yanomami-e-omissao-do-estado>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N, 1 edições, 2018.

MICHAELIS. **Pandemia**. Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acessado em: 05 de junho 2024.

PORTUGUESA, Xinhua. **Menor comunidade indígena do Brasil usa barreiras sanitárias para se proteger.** 2020. Disponível: http://portuguese.xinhuanet.com/2020-10/06/c_139421977.htm

REDE (CO)VIDA- **Rede de Mapeamento da Covid-19 entre os povos indígenas no Maranhão.** Disponível em: <https://www.redecovida2020.com/home>. Acesso em 02 de maio de 2021.

SAÚDE/ MA NOTÍCIAS. **Maranhão dá início à vacinação contra coronavírus no estado.** Disponível: <https://www.saude.ma.gov.br/destaques/maranhao-da-inicio-a-vacinacao-contra-coronavirus-no-estado/#>